



RIO GRANDE CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 29.985.998/0001-02
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

A maior constituição dos tributos diferidos em 2024 foi influenciada, principalmente, pela variação das taxas de mercado vinculadas aos títulos classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), que impactou negativamente o valor justo dos ativos, aumentando o crédito tributário relacionado.

7.3. Créditos tributários diferidos

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

A Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias. De acordo com projeção de resultados, a Companhia tem expectativa da realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias para os próximos dez anos.

Diferenças Temporárias - 2026 a 2035			
2026	58	7,22%	
2027	64	7,94%	
2028	59	7,38%	
2029	65	8,13%	
2030	72	8,95%	
2031 a 2035	485	60,38%	
Total	804	100%	

A seguir, a composição das diferenças temporárias:

Imposto de renda/Contribuição social	31/12/2025	31/12/2024
Provisão de títulos a pagar – Prescrição	1.191	995
Contingências Cíveis	14	29
Atualização depósito judicial	(390)	(284)
COFINS exigibilidade suspensa	1.028	937
PIS exigibilidade suspensa	167	152
Total das provisões temporárias	2.010	1.829
Alíquota aplicada – IRPJ – 25%	502	457
Alíquota aplicada – CSLL – 15%	302	275
Total	804	732

8. Obrigações a pagar

As obrigações a pagar são compostas da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores a pagar (a)	7.657	7.545
Outras obrigações (b)	5.854	2.334
Outras obrigações a pagar (c)	25	125
Total	13.536	10.004

(a) Estes valores são referentes ao acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Administração de Serviços Previdenciários e Consultoria S.A.

(b) Pagamentos pendentes relacionados a sorteios, resgates e prescrição de títulos, correspondentes a valores que aguardam confirmação bancária para efetivação da baixa de provisões;

(c) Pagamentos a efetuar referente a prestação de serviços de auditoria.

8.1. Impostos e contribuições

Os impostos e contribuições são compostos da seguinte forma:

Passivo circulante	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda	1.805	1.654
Contribuição social	1.349	1.311
COFINS	616	570
PIS	100	92
Total	3.870	3.627

9. Débito das operações de capitalização

Em 31 de dezembro de 2025, as obrigações são compostas por pró-labore e comissões no valor de R\$ 2.416 (R\$ 2.387 em 31 de dezembro de 2024).

10. Depósito de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	47	3
31 a 60 dias	–	2
61 a 90 dias	1	–
91 a 120 dias	–	2
181 a 365 dias	2	1
Acima de 365 dias	–	1
Total	50	9

11. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	Saldos em 01/01/2025	Consti- tuições	Amorti- zações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2025
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	740.552	(779.257)	103.711	1.289.199
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	411.758	(400.932)	1.534	83.364
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	381.523	(384.376)	693	27.914
Provisão para distribuição de bônus	42.282	150	(16.873)	1.387	26.946
Provisão para resgates	1.367.553	1.533.983	(1.581.438)	107.325	1.427.423
Provisão para sorteios a realizar	7.895	21.822	(23.259)	(122)	6.336
Provisão de sorteios a pagar	4.294	21.776	(21.272)	82	4.880
Provisão para sorteios	12.189	43.598	(44.531)	(40)	11.216
Provisão para receitas diferidas	17	4	(11)	–	10
Outras provisões	17	4	(11)	–	10
Total	1.379.759	1.577.585	(1.625.980)	107.285	1.438.649

	Saldos em 01/01/2024	Consti- tuições	Amorti- zações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisão para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para resgates	1.140.258	1.231.728	(1.082.424)	77.991	1.367.553
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(21.375)	(188)	7.895
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(20.087)	30	4.294
Provisão para sorteios	13.196	40.613	(41.462)	(158)	12.189
Provisão para receitas diferidas	–	144	(127)	–	17
Provisão para despesas administrativas	149	–	(149)	–	–
Outras provisões	149	144	(276)	–	17
Total	1.153.603	1.272.485	(1.124.162)	77.833	1.379.759

11.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- (i) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 13%, definido com base na experiência da Companhia;
- (ii) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (estrutura a termo das taxas de juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

Coberturas de risco: Efeito bruto no resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2025	31/12/2024	
Variável	Premissas		
Resultado sorteio	Aumento de 13% nos valores sorteados	(2.830)	(2.591)
Resultado sorteio	Redução de 13% nos valores sorteados	2.830	2.591

12. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões técnicas - capitalização:		
Total a ser coberto	1.438.649	1.379.759
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	1.517.522	1.464.282
Equivalente de caixa	3.197	4.247
Total dos ativos vinculados	1.520.719	1.468.529
Total de aplicações	1.520.719	1.468.529
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	82.070	88.770

13. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

13.1. Provisões judiciais

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais.

	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	14	29
Obrigações fiscais	1.195	1.089
Total Provisões judiciais	1.209	1.118

Demonstramos abaixo a abertura dos processos judiciais por probabilidade de perda classificados no passivo não circulante, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras e encargos previdenciários sobre participação nos lucros e resultados.

Causas cíveis						
Probabilidade de perda	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	2	14	14	3	29	29
Possível	10	117	-	7	72	-
Total	12	131	14	10	101	29

Causas cíveis						
Probabilidade de perda	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	3	400	1.195	3	400	1.089
Total	3	400	1.195	3	400	1.089

13.2. Provisões judiciais - Obrigações fiscais

Na rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” estavam registradas até 31 de dezembro de 2024 as obrigações referentes ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde a Companhia depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

De acordo com a determinação da SUSEP, em 01 de janeiro de 2025 a Companhia reclassificou os saldos da rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais” relacionado as discussões judiciais do PIS e COFINS para rubrica “Outros débitos - Provisões Judiciais”. Para fins de comparabilidade e melhor divulgação nas Demonstrações, reclassificamos os saldos de 31 de dezembro de 2024 para a rubrica de Provisões judiciais.

	Saldo em 01/01/2025	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
COFINS	937	91	1.028
PIS	152	15	167
Total - obrigações fiscais	1.089	106	1.195

	Saldo em 01/01/2024	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS	865	72	937
PIS	141	11	152
Total - obrigações fiscais	1.006	83	1.089

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	167	167	1.028	1.028	1.195	1.195
Saldo total 31/12/2025	167	167	1.028	1.028	1.195	1.195

Tese	PIS		COFINS		Total	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047	1.089
Saldo total 31/12/2024	146	152	901	937	1.047	1.089

(a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

13.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no

15. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, referem-se a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Icatu Seguros S.A. (Controladora indireta) (a)	–	–	(1.172)	(1.514)	3.066	3.421	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora indireta) (c) (*)	–	–	(7.290)	(7.180)	–	–	(93.019)	(86.452)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	–	–	–	–	–	–	–	–
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Ligada) (a)	–	–	(9.532)	(6.652)	15.855	15.701	–	–
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora direta) (b)	–	–	–	(946)	–	–	–	–
Total	–	–	(17.994)	(16.292)	18.921	19.122	(93.019)	(86.452)

A natureza das principais transações com partes relacionadas é relacionada a seguir:

(a) Venda de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(c) Pagamentos de taxas de serviços compartilhados;

(d) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda;

(*) Para fins de reestruturação societária do grupo, a Icatu Assessoria foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., controladora indireta da Companhia, em 1º de janeiro de 2025. O laudo de avaliação foi emitido em 31 de outubro de 2024 e a incorporação foi efetivada considerando os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024.

16. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2024
Cíveis	10	10
Fiscais	1.196	1.089
Total Depósitos Judiciais	1.206	1.099

Segue abaixo, a movimentação das adições e atualização monetária dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.089	1.006
Atualização monetária	107	83
Saldo final	1.196	1.089

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o capital subscrito e integralizado de R\$ 90.000 é representado integralmente por 90.000.000 ações ordinárias.

14.2. Reservas de Lucros

As reservas de lucros de R\$ 16.300 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 49.579 em 31 de dezembro de 2024), são compostas por:

14.2.1. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva legal é de R\$ 9.613 (R\$ 6.769 em 31 de dezembro de 2024), que é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

14.2.2. Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2025, a reserva estatutária é de R\$ 6.687 (R\$ 42.810 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

14.3. Dividendos obrigatórios

14.3.1. Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A destinação dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	56.875	44.098
Constituição da reserva legal	(2.844)	(2.205)
Base para a distribuição de dividendos	54.031	41.893
Dividendos pagos e propostos no exercício	90.154	20.946
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado no exercício	166,85%	50,00%
Destinação à reserva legal	2.844	2.205
Destinação à reserva de lucros	6.687	40.947
Dividendos distribuídos que contaram para o mínimo	90.154	20.946
Reserva de lucros	42.810	20.000
Resultado do ano	47.344	946

14.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria custo amortizado, relativos aos títulos próprios, de coligadas e de controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de “Créditos tributários”. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era de uma perda de R\$ 13.573 (perda de R\$ 18.996 em 31 de dezembro de 2024), líquidos dos tributos.

14.5. Patrimônio líquido ajustado – PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar PLA igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
- b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido	92.727	120.583
Ajustes contábeis	(6.170)	(10.068)
Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(6.019)	(9.970)
Ativos intangíveis	(151)	(98)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos:	2.064	(12.634)
Ativos financeiros na categoria custo amortizado	(7.783)	(15.620)
Superávit de fluxos não registrados para as sociedades de capitalização	7.035	628
Superávit entre prov. exatas const. e fluxo real. soc. de capitalização	2.812	2.358
Subtotal PLA – nível	88.621	97.880
PLA nível 1	74.941	91.468
PLA nível 2	9.846	2.986
PLA nível 3	3.834	–
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(901)	–
Limitador 50% CMR – PLA nível 2 e 3	(901)	–
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	87.720	97.880
Capital Base (CB) (a)	10.800	10.800
Capital de risco de crédito	1.823	1.482
Capital de risco de subscrição	6.642	5.679
Capital de risco – mercado	19.690	17.630
Capital de risco - redução por correlação	(5.121)	(4.375)
Capital de risco – operacional	2.524	2.422
Capital de Risco (CR) (b)	25.558	22.838
Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)	25.558	22.838
Patrimônio líquido ajustado	87.720	97.880
(-) Exigência de capital - EC	(25.558)	(22.838)
Suficiência de capital - R\$	62.162	75.042
Suficiência de capital (% da EC)	343%	429%